

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO: ENTRE A CRIATIVIDADE E A NECESSIDADE



PEDAGOGICAL RESOURCES FOR INCLUSION: BETWEEN CREATIVITY AND NECESSITY

JUSCILENE SOUZA DOS SANTOS

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2012) e em Artes Visuais pelo Centro Universitário Cidade Verde – UniCV (2024); Pós-graduação em Arte Educação pela Faculdade Campos Elíseos – FCE (2016), em Alfabetização Matemática por meio da modelagem pela Faculdade de Conchas – FACON (2019), em Psicologia Escolar – (2020), em Alfabetização e letramento com Ênfase em gêneros discursivos (2021), em Gestão e Organização da Escola com ênfase em coordenação escolar – (2022) e em Neuropsicologia – (2023); Professora de Ensino Fundamental pela prefeitura de Caieiras; Professora de educação infantil pela Prefeitura Municipal de São Paulo no CEI Cidade Dutra.

RESUMO

Este artigo analisa os recursos pedagógicos inclusivos sob a perspectiva da criatividade docente e da necessidade de garantir equidade educacional, abordando desde a utilização de tecnologias assistivas e recursos digitais até práticas colaborativas e processos de formação continuada de professores, considerando também as implicações legais e institucionais no contexto brasileiro. A investigação evidencia que tais recursos devem ser compreendidos como elementos centrais de mediação pedagógica, capazes de articular inovação tecnológica, saber técnico e estratégias institucionais em favor de aprendizagens acessíveis, significativas e contextualizadas. A efetividade da inclusão escolar depende da articulação entre diferentes dimensões: a intencionalidade e criatividade do professor, o acesso a recursos adaptados, a formação docente contínua e o suporte institucional, garantindo que o ambiente escolar se torne espaço de reconhecimento da diversidade, promoção da autonomia estudantil e participação plena. As tecnologias assistivas e os recursos digitais inclusivos alcançam seu maior potencial quando integrados a metodologias pedagógicas adaptativas e planejadas de forma estratégica, permitindo múltiplas formas de interação e participação. Nesse sentido, a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade exige convergência entre inovação, formação docente e apoio institucional, formando um ecossistema educacional que valorize a diversidade, promova justiça social e transforme a inclusão de uma meta normativa em prática cotidiana efetiva, assegurando que todos os estudantes possam aprender, participar e desenvolver seu potencial integral.

Palavras-chave: Educação Especial; Acessibilidade Pedagógica; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This article analyzes inclusive pedagogical resources from the perspective of teacher creativity and the need to ensure educational equity, addressing issues ranging from the use of assistive technologies and digital resources to collaborative practices and continuing teacher training processes, while also considering the legal and institutional implications in the Brazilian context. The research highlights that such resources should be understood as central elements of pedagogical mediation, capable of articulating technological innovation, technical knowledge, and institutional strategies to promote accessible, meaningful, and contextualized learning. The effectiveness of school inclusion depends on the articulation of different dimensions: teacher intentionality and creativity, access to adapted resources, ongoing teacher training, and institutional support, ensuring that the school environment becomes a space for recognizing diversity, promoting student autonomy, and full participation. Assistive technologies and inclusive digital resources reach their greatest potential when integrated with adaptive and strategically planned pedagogical methodologies, enabling multiple forms of interaction and participation. In this sense, the consolidation of quality inclusive education requires a convergence of innovation, teacher training, and institutional support, forming an educational ecosystem that values diversity, promotes social justice, and transforms inclusion from a normative goal into effective daily practice, ensuring that all students can learn, participate, and develop their full potential.

Keywords: Special Education; Pedagogical Accessibility; School Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos mais significativos desafios e, ao mesmo tempo, como um imperativo ético e político das sociedades democráticas. Trata-se de um movimento que ultrapassa a mera inserção de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas no espaço escolar, pois envolve a criação de condições concretas para que todos tenham acesso, participação e aprendizagem efetiva. Nessa perspectiva, a escola não é apenas o espaço da transmissão de conteúdos, mas um ambiente social de construção de sentido, no qual a diversidade é reconhecida como elemento constitutivo e enriquecedor das experiências pedagógicas.

Dentro desse cenário, os recursos pedagógicos ocupam um papel estratégico, especialmente quando se trata das tecnologias assistivas e dos recursos educacionais digitais. Esses instrumentos não apenas ampliam as possibilidades de acesso ao currículo, mas também redefinem as formas de interação, comunicação e expressão dos sujeitos. Ao favorecerem a autonomia, a personalização das aprendizagens e a eliminação de barreiras, tais recursos funcionam como mediadores que aproximam equidade e inovação pedagógica, respondendo às necessidades específicas sem perder de vista o princípio universal de qualidade educacional para todos.

No Brasil, a efetivação dessa proposta inclusiva é atravessada por um conjunto de dimensões complementares: a existência de uma rede normativa que orienta práticas inclusivas; as iniciativas

institucionais que buscam materializar tais diretrizes; e, sobretudo, a criatividade docente, que atua como eixo articulador entre teoria e prática. A docência, nesse sentido, exige não apenas domínio técnico sobre as ferramentas pedagógicas, mas também sensibilidade para interpretar contextos, planejar estratégias diferenciadas e transformar a heterogeneidade em potência pedagógica.

É nesse cruzamento entre inovação tecnológica, exigências legais e prática docente que este artigo se insere, com o objetivo de refletir sobre os recursos pedagógicos inclusivos como instrumentos dinâmicos de mediação educativa. Ao longo da discussão, busca-se analisar como essas ferramentas podem contribuir para superar desigualdades históricas, promovendo uma escola mais equânime, criativa e efetiva. A análise proposta aponta que a inclusão não se restringe a recursos isolados, mas exige articulação contínua entre políticas públicas, formação docente e práticas inovadoras que garantam, de fato, o direito à educação para todos.

EMBASAMENTO LEGAL PARA A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no Brasil encontra respaldo em uma base jurídica consolidada que assegura o direito de todos à educação de qualidade, sem discriminação. Essa estrutura normativa é resultado de avanços históricos e do reconhecimento da diversidade como valor social, cultural e pedagógico. Desde a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito social fundamental, há uma clara orientação para que o ensino seja oferecido a todos, promovendo a igualdade de condições de acesso e permanência. Esse marco inaugurou uma nova perspectiva de responsabilidade do Estado e da sociedade frente às demandas de grupos historicamente marginalizados, em especial as pessoas com deficiência.

Entre as legislações mais relevantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) reafirma que o ensino deve atender à diversidade dos educandos e garantir recursos adequados à aprendizagem. Ela reforça que a educação especial deve integrar a proposta pedagógica das escolas, não se restringindo a espaços segregados, mas compondo de forma transversal todas as etapas e modalidades de ensino. Essa disposição evidencia a necessidade de uma mudança cultural nas instituições, para que a inclusão deixe de ser apenas um ideal e se torne prática cotidiana.

Outro marco fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015), que estabelece direitos amplos e detalhados para a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o acesso à educação. A LBI garante o fornecimento de recursos de acessibilidade e de tecnologias assistivas, além de estabelecer obrigações institucionais quanto à adaptação de currículos, métodos, materiais e avaliações. Essa lei amplia a responsabilidade do poder público e da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que reconhece o papel estratégico da escola como espaço de transformação social.

No cenário internacional, o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada com equivalência constitucional em 2008. Esse tratado estabelece que os Estados devem assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, valorizando a diversidade como princípio pedagógico. A incorporação da Convenção ao ordenamento jurídico brasileiro fortalece a obrigatoriedade de implementação de políticas públicas efetivas, além de abrir espaço para diálogo e intercâmbio com práticas internacionais de inclusão escolar.

É importante destacar que o respaldo jurídico não se limita a garantir o acesso físico às instituições de ensino, mas também estabelece o dever de promover condições reais de aprendizagem e participação. Isso significa que a legislação não pode ser interpretada de maneira formalista, como mera presença dos alunos nas salas de aula regulares, mas sim como garantia de sua inserção plena, considerando suas especificidades e potencialidades. A educação inclusiva, nesse sentido, é um direito que exige práticas pedagógicas mediadas por criatividade, recursos adequados e investimento em formação docente contínua.

Dessa forma, o conjunto normativo brasileiro oferece não apenas uma rede de garantias legais, mas também diretrizes que orientam políticas públicas e práticas educacionais. O embasamento jurídico para a inclusão escolar é, portanto, um alicerce imprescindível que sustenta a transformação da escola em um espaço plural, equitativo e democrático. Mais do que formalizar direitos, essas legislações convocam professores, gestores e instituições a assumirem um compromisso ético e político com a diversidade, tornando a inclusão uma realidade concreta e cotidiana.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

A prática pedagógica brasileira tem registrado avanços significativos na inserção da tecnologia assistiva no ambiente escolar, ainda que permeada por desafios estruturais e formativos. Em muitas realidades, professores elaboram recursos de baixo custo, adaptados ao cotidiano de suas turmas, como pranchas de comunicação, jogos pedagógicos adaptados ou softwares livres acessíveis. Essa criatividade docente, no entanto, convive com obstáculos relacionados à instalação adequada dos dispositivos, à manutenção constante e à personalização das ferramentas às necessidades de cada estudante, o que evidencia um descompasso entre a disponibilidade dos recursos e sua plena utilização em sala de aula.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007c).

O período do ensino remoto emergencial, especialmente durante a pandemia da COVID-19, impulsionou a adoção de recursos digitais inclusivos, demonstrando que a tecnologia assistiva pode ser ampliada e democratizada quando articulada a práticas pedagógicas inovadoras. Plataformas digitais com recursos de acessibilidade, legendas automáticas, leitores de tela e aplicativos de comunicação alternativa tornaram-se mais presentes, ampliando o repertório de estratégias de ensino. Esse processo, ainda que marcado pela urgência, revelou que a inserção consistente da tecnologia assistiva no cotidiano escolar demanda políticas estruturadas e continuidade, evitando que seu uso seja apenas circunstancial.

Pesquisas e revisões sistemáticas desenvolvidas no Brasil têm apontado que a tecnologia assistiva exerce papel decisivo na alfabetização e no desenvolvimento das habilidades iniciais de leitura e escrita de estudantes com necessidades educacionais específicas. Esses estudos destacam a importância da flexibilização curricular e de sistemas educacionais mais adaptáveis, capazes de integrar metodologias diferenciadas sem comprometer a qualidade da aprendizagem. Assim, a tecnologia assistiva não é apenas um recurso suplementar, mas um componente estruturante da inclusão, que ressignifica o currículo e fortalece o direito à educação equitativa.

Entretanto, a efetividade do uso desses recursos depende fortemente da formação docente. Estudos recentes reforçam que a simples presença de ferramentas tecnológicas não garante inclusão se não houver intencionalidade pedagógica na sua aplicação. Professores que recebem capacitação específica conseguem planejar atividades acessíveis, selecionar recursos adequados ao perfil dos alunos e articular práticas colaborativas que potencializam a aprendizagem. A ausência dessa formação pode transformar a tecnologia assistiva em instrumento meramente técnico, desprovido de impacto real no processo educativo.

Dessa forma, a convergência entre o uso efetivo da tecnologia assistiva e a capacitação continuada dos profissionais da educação evidencia que sua eficácia não está na ferramenta em si, mas na articulação entre recurso e projeto pedagógico. A tecnologia assistiva, quando compreendida como parte do planejamento e não como apêndice, torna-se catalisadora de inclusão, equidade e inovação. Nesse sentido, a escola deve assumir o compromisso de integrar tais recursos de maneira crítica, reflexiva e contextualizada, de modo que a acessibilidade não seja exceção, mas condição estruturante do processo educativo.

PRÁTICAS COLABORATIVAS E RECURSOS INOVADORES

A colaboração entre professores, especialistas, cuidadores e familiares tem se mostrado essencial na construção de recursos pedagógicos adaptados e inovadores, capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante. Estudos indicam que a participação conjunta de diferentes atores possibilita a criação de materiais didáticos acessíveis, que contemplam

singularidades cognitivas, físicas e socioemocionais, ampliando a inclusão e a participação ativa dos alunos em sala de aula (PAVÃO; PAVÃO, 2021).

O trabalho colaborativo envolvendo profissionais da educação, saúde e assistência social, amplia o alcance das estratégias inclusivas e garante suporte integral ao estudante, articulando práticas de cuidado, mediação pedagógica e acompanhamento clínico quando necessário. Esse trabalho conjunto permite identificar barreiras que poderiam passar despercebidas por uma atuação isolada, promovendo respostas mais assertivas e contextualizadas.

Nesse contexto, a inclusão escolar deixa de ser entendida apenas como a presença física do aluno na sala de aula, passando a incorporar o reconhecimento da individualidade, a valorização das diferenças e a construção de ambientes acolhedores. A utilização de materiais diversificados, sensíveis à diversidade de estilos de aprendizagem e às necessidades específicas, configura-se como eixo central da prática inclusiva. Como destacam Mantoan e Prieto (2006, p. 47), “a oferta de recursos pedagógicos variados favorece a participação de todos os alunos, respeitando seus ritmos e potencialidades e garantindo oportunidades reais de aprendizagem”. Dessa forma, os materiais não são apenas instrumentos de apoio, mas elementos estruturantes que viabilizam a construção de um currículo acessível e equitativo.

A integração de ações colaborativas também possibilita que os recursos pedagógicos dialoguem com o projeto político-pedagógico das escolas, legitimando sua criação e consolidando a cultura da inclusão como uma prática cotidiana. A articulação entre planejamento institucional e inovação pedagógica fortalece a continuidade dessas iniciativas, evitando que sejam pontuais ou superficiais.

Para que tais estratégias se mantenham e se aperfeiçoem, é fundamental que as escolas promovam espaços estruturados de cooperação, formação conjunta e compartilhamento de soluções adaptadas à realidade local. A aprendizagem colaborativa entre docentes e especialistas contribui para a construção de repertórios pedagógicos mais ricos, capazes de atender a múltiplas necessidades educacionais. De acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 34), “o trabalho em equipe entre professores da sala regular e profissionais de apoio amplia as possibilidades de ensino, permitindo que diferentes estratégias sejam pensadas e aplicadas em benefício de todos os estudantes”. Nesse sentido, a colaboração interdisciplinar deixa de ser um recurso pontual e se estabelece como prática contínua que fortalece a qualidade das experiências educativas.

A criatividade, nesse contexto, surge como resultado da produção coletiva e transformadora, integrando diferentes saberes e experiências. A inovação pedagógica, quando orientada pela colaboração e pelo diálogo entre múltiplos atores, torna-se instrumento de transformação do ambiente escolar, consolidando a inclusão como valor e prática cotidiana. Como destaca Moran (2017, p. 42),

práticas inovadoras exigem abertura para o diálogo e construção conjunta, favorecendo aprendizagens significativas e contextos educacionais mais inclusivos.

FORMAÇÃO DOCENTE E APOIO INSTITUCIONAL

A formação docente permanece como elemento central para o pleno aproveitamento dos recursos pedagógicos inclusivos. Pesquisas apontam que professores capacitados são capazes de reconhecer, adaptar e utilizar ferramentas pedagógicas de forma intencional, promovendo aprendizagens significativas e efetivas para estudantes com necessidades educacionais especiais. Por outro lado, a ausência de uma formação inicial e continuada voltada à diversidade é considerada uma das barreiras mais recorrentes para a efetivação da educação inclusiva, comprometendo a qualidade das práticas pedagógicas (MANTOAN, 2015, p. 88).

A legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), não apenas garante o direito ao acesso a recursos de tecnologia assistiva, mas também prevê que os profissionais da educação estejam preparados para aplicá-los adequadamente. Esse alinhamento entre direito legal e competência formativa é essencial para que as tecnologias assistivas não se limitem à disponibilização física, mas sejam incorporadas de maneira estratégica e pedagógica, fortalecendo o processo inclusivo (BRASIL, 2015).

Instituições da sociedade civil, como o Instituto Rodrigo Mendes, desempenham papel fundamental na consolidação da inclusão escolar, oferecendo formações continuadas, produção de conhecimento e ações de advocacy voltadas para a educação inclusiva. Por meio de plataformas como a DIVERSA, essas organizações contribuem para capacitar redes escolares, orientando gestores e docentes sobre boas práticas, métodos adaptativos e recursos pedagógicos acessíveis (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020).

O avanço efetivo da inclusão escolar depende da articulação entre formação continuada dos professores, políticas públicas que garantam a disponibilização de recursos assistivos e apoio institucional nas escolas. Sem essa integração, a implementação de práticas inclusivas tende a ser fragmentada, circunstancial ou dependente do esforço individual dos profissionais, comprometendo a sustentabilidade e a efetividade das ações (AZENHA, 2022, p. 11).

Portanto, a formação docente, a legislação e o suporte institucional devem ser compreendidos como elementos indissociáveis para que os recursos pedagógicos inclusivos cumpram sua função de promover justiça, equidade e participação plena. Somente quando esses fatores são articulados de maneira sistemática torna-se possível assegurar uma educação inclusiva consistente, contínua e transformadora. Como afirma Mittler (2003, p. 27), “a inclusão não pode ser vista como uma série de

iniciativas isoladas, mas como parte de um processo global e articulado que exige compromisso e continuidade”.

PERSPECTIVAS EMERGENTES E CAMINHOS FUTUROS

A consolidação da educação inclusiva no Brasil exige não apenas a manutenção de políticas já estabelecidas, mas também a abertura para novas perspectivas que dialoguem com os avanços tecnológicos, pedagógicos e sociais do século XXI. Nesse contexto, o paradigma do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem se destacado como referência internacional ao propor a criação de recursos pedagógicos mais adaptáveis, capazes de atender à diversidade de estilos de aprendizagem e de promover maior autonomia aos estudantes. Conforme Sebastián-Heredero e Souza et al. (2020, p. 740), o DUA busca estruturar o currículo “desde o início, de forma a torná-lo acessível e efetivo para o maior número possível de aprendizes”, deslocando o foco da adaptação pontual para a concepção de ambientes intrinsecamente acessíveis.

Dentro dessa perspectiva, os recursos digitais inclusivos emergem como ferramentas estratégicas. Plataformas interativas, softwares de leitura adaptada e aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa têm se mostrado soluções eficazes para ampliar o alcance do currículo. Como destaca Kenski (2012, p. 45), “as tecnologias digitais, quando integradas de forma crítica ao planejamento pedagógico, ampliam as possibilidades de aprendizagem, favorecem a autonomia e permitem percursos personalizados”. No entanto, sua efetividade depende de uma inserção consciente e contextualizada no processo de ensino, evitando que sejam tratados como simples complementos tecnológicos.

A educação híbrida e remota, intensificada pela pandemia da COVID-19, também trouxe novos horizontes para a inclusão escolar. Como destacam Moran e Bacich (2017, p. 36), “a educação híbrida possibilita reorganizar tempos e espaços escolares, promovendo maior flexibilidade e ampliando o uso de recursos digitais em favor da aprendizagem”. Esse movimento evidencia a necessidade de que os sistemas educacionais ampliem seu repertório pedagógico, de modo a responder não apenas a contextos emergenciais, mas também a consolidar inovações no cotidiano das escolas.

Paralelamente, cresce a demanda por pesquisas que investiguem a eficácia das práticas inclusivas e produzam evidências capazes de orientar a formulação de políticas públicas. De acordo com Mantoan (2015, p. 42), “a avaliação contínua e sistemática é essencial para compreender o impacto das estratégias pedagógicas na aprendizagem e na participação dos estudantes”. Pesquisas longitudinais tornam-se, portanto, fundamentais para fortalecer a coerência entre legislação, formação docente e realidade escolar.

As perspectivas futuras da inclusão também passam pelo fortalecimento da cultura institucional. Mais do que ofertar recursos, é essencial que as escolas desenvolvam valores que reconheçam a diversidade como princípio estruturante de sua identidade pedagógica. Glat e Pletsch (2011, p. 38) destacam que a inclusão somente se consolida “quando a comunidade escolar compartilha a convicção de que a diversidade é parte constitutiva do processo educativo e não um desafio a ser superado”. Isso implica fomentar espaços de diálogo, participação da comunidade e redes colaborativas que sustentem a inclusão como prática cotidiana.

Por fim, o caminho para a inclusão educacional no Brasil depende da convergência entre inovação tecnológica, formação continuada e compromisso institucional. Trata-se de construir um ecossistema educativo em que cada aluno seja reconhecido como sujeito ativo do processo de aprendizagem. Nesse horizonte, a inclusão se projeta como prática ética, política e pedagógica essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstrou que os recursos pedagógicos inclusivos no Brasil se estruturam a partir da convergência entre fundamentos conceituais, respaldo legal, ações institucionais consistentes e a criatividade docente. Essa articulação não apenas legitima práticas inclusivas, mas potencializa a eficácia das estratégias pedagógicas, permitindo que o ambiente escolar seja transformado em espaço capaz de acolher e valorizar a diversidade, promovendo equidade e participação plena de todos os estudantes.

As tecnologias assistivas e os recursos digitais inclusivos representam instrumentos de alto impacto na mediação da aprendizagem, porém sua efetividade está diretamente vinculada à intencionalidade pedagógica, à formação continuada dos professores e à colaboração entre educadores, familiares e especialistas. A utilização estratégica desses recursos garante que eles deixem de ser meros elementos técnicos e se tornem ferramentas dinâmicas, capazes de ampliar oportunidades de aprendizagem, engajamento e autonomia dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O fortalecimento da inclusão exige a integração entre formação docente contínua, aplicação consistente da legislação educacional e atuação organizada de instituições de referência, que forneçam suporte, orientação e produção de práticas pedagógicas adaptadas. Essa articulação possibilita que a inclusão transcenda o caráter formal e se concretize de forma sustentável, estruturada em políticas públicas eficazes, práticas pedagógicas intencionais e cultura escolar que valorize a diversidade.

Em síntese, vislumbra-se um cenário educacional pautado na equidade, inovação e criatividade, no qual cada estudante possa aprender, participar e desenvolver suas competências de maneira integral. A concretização desse ideal depende da articulação entre recursos pedagógicos

criativos, políticas inclusivas consistentes e práticas docentes intencionais, transformando o espaço escolar em ambiente verdadeiramente inclusivo, capaz de assegurar direitos e promover o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Celli Nascimento. **Uso de Tecnologia Assistiva no Contexto de Pandemia**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/2fcc066f-471d-404a-aa95-8c7d802d960c/1709.pdf> - Acesso 27 ago. 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Brasília: Presidência da República, 2009.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Documento Base para Educação Híbrida e Inclusiva**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-hibrida-inclusiva>.

CAT, 2007c. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR)**. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Educação inclusiva: experiências e práticas pedagógicas**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2020. Disponível em: <https://diversa.org.br/>

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

_____, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MORAN. José. BACICH, Lilian. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. **Metodologias ativas na Educação Especial/Inclusiva**. Santa Maria: UFSM, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2021/08/Metodologias-Ativas-na-Educacao-Especial-Inclusiva.pdf>. Acesso 23 ago. 2025.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio; SOUZA, André Luiz Alvarenga de et al. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, out./dez. 2020. DOI: 10.1590/1980-54702020v26e0155.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.